

Tratado d'aliança
de Airbon. de 18^o de Junho 1701
entre a France e o Portugal

Em nome da Santissima Trindade.

1.

Seja notorio a todos que tendo Euido sempre Eua boa amizade entre Serenissimo e muito Poderoso Principe Luis XIV. por graça de Deus Rey de Francia e de Navarra. e Serenissimo e muito Poderoso Principe Dom Pedro II. outro si por graça de Deus Rey de Portugal e de Algarues. e deziyando suas Mag.^{des} igualmente Consiuam quanto d'elles dependo o bem de Europa Conuieram em timar para este effeito as medidas nece-
sarias; e dauendo dado aut.^{as} firmadas plenipotencias, asaber
S. Mag.^{de} Christma ao senhor Duque Presidente no seu grande
Conselho, e seu Embaixador em Portugal e S. Mag.^{de} de Portu-
gal dauendo tambem dado sua plenipotencia a seus Com-
missionarios, asaber aos senhores Manoel Telles de Silua Marquez
de Alegrete Conde de Villarmair Commendador das Commen-
das de S. Joaõ de Alegrete e Tagares de soure da ordem de
Christo, Joaõ de Moura e Santa Maria de Albugueira da or-
dem de Auiz do Conselho de Estado, gentil-homem da camera
de S. Mag.^{de} de Portugal e Pedro de Souza Fozzende, Francisco de
Souza Conde de Alvor, e Antonio de Villada Moura, Alcaide
mor de Penha, Commendador das Commendas de Santo
Andree de Teixeda, Porto Santo, Santa Maria de duas Igrejas,
e de Saluadndo Basto da ordem de Christo, do Conselho de
Estado e Presidente da Ultramarina, e do senhor Merdo de
Foyes Pereira Commendador da Commenda de Santa Maria
do Alamo da ordem de Christo do seu Cons.^o e Secret.^o de
Estado. O qual depois de Eauer em Communicado reciproca-
mente as suas plenipotencias, caendo esta em embor forma
e basteza em virtude dasditas plenipotencias Conuieram
nos artigos seguintes. ~

Artigo. 1.^o

Dezendo S. Mag.^{de} de Portugal mostar a El Rey Christma

agrande estimacão, e faze da sua boa amizade e quanto devida
interuenha sempre nas suas Conuenciencias promete se obrigar
poreste nouo tratado de Alliança e amanha ao testamento de
Dom Carlos 2.^o Rey Católico de Espanha na parte que se disputa
a succeder e poruir o muito Alto e muito Poderoso Principe Dom.
Philippe 5.^o Rey Católico de Espanha todos os Estados e Domínios
que pertenciam ao dito Rey Carlos 2.^o de sorte q^{ue} quando algum
Principe, ou Potencia quer moua guerra a França ou a Castella para
impedir, ou diminuir a dita successão, o Rey de Portugal e nega os
seus portos ao inimigo do Rey. Como em todos os seus Domínios ouz
Vassallos, enauos, ou sejam de guerra, ou mercantes portai Prin-
cepes, ou Potencias para q^{ue} nelles não possam ter genero algum de
Commercio, nem de abastimento, e os que uirem aos ditos portos
serão tratados como inimigos da Coroa de Portugal.

Artigo 2.^o

E porque desta noua Alliança, e negação de Portos ás nações
della raias se deu a fôrça de guerra com as Cozas de França e
Castella resultando grandes damnos a Portugal, e atenuação
do Rey Christão. E euittando quanto he expozicoes, o Rey
Christão promete, e se obriga a socorrer o Reyno de Portugal
e suas Conquistas com numero de tropas, enauos necessarios
para a sua defensão, quando seja inuadido em raias deste tra-
tado ou em odio destas nouas Allianças com França e Castella
ainda que a guerra se fizesse com outro pretexto por q^{ue} quer
Principe, ou Potencia de Europa, não obstante os muros
Principe, ou Potencias esteja n'ella nomeada que o dito Rey
Católico D. Carlos 2.^o fizesse na p^{ar}te do muito Alto e muito Po-
deroso Principe D. Philippe 5.^o Rey Católico de Espanha para
he succeder em todos os seus Domínios, por q^{ue} como fálta em
os portos de Portugal ás Nações que não queriam entrar pel-
ladita nomeação para o seu Commercio, e para a uiua de Cas-
tella pode ser motivo de se acomodar em, e de não entrar em

na guerra, vindo quehes faltatudo o q seodiamprometeo dos
Portos, e uilindama de Portugal Com Castella, po deo a ficar
Comto o odio, e sentimento, que procurem qe texto para fizes
aguerra a Portugal, em uingam. Satisfacaõ das esperanças
quehetise Com auniaõ de Franca, e Castella. E assimtambem
nestecas lamuma sorte Sera S. M.ª. Christma obrigado a dar
a este S. M.ª. e suas Conquistas aquelles mesmos soccorros por
ma, e terra q Sera obrigado a darlle de aquerra sempre
em opposiçaõ da succesõ do diti Señor Rey Catolico Phelli-
pe quinto. ~

Artigo 3.º

E naõ somente o Rey Christmo Sera obrigado a soccorrer o
S. M.ª de Portugal, e suas Conquistas quando forinuadido na
forma sobre dita, ma tambem lhe daia os mesmos soccorros
para preuini, e curtar a inuasã, mandando a este S. M.ª em cada
um dos annos que durar aquerra em tempo oportuno agual-
les navios de guerra q bairam para segurar assim as costas
do S. M.ª de se inuadidas Como tambem as frottas, e nauis
de Commercio conforme S. M.ª de Portugal Repedir. ~

Artigo 4.º

Todos os soccorros assim por mar como por terra q S. M.ª. S. M.ª
da a Portugal, e suas Conquistas Eã de se pagar pela coroa
de Franca e em que de Portugal em tempo algum seja obri-
gada a satisfacaõ das despezas q nelles se fizerem. ~

Artigo 5.º

E succedendo qualqũ potencia uã as Conquistas de Portu-
gal, e tomellas algũ praza, ou sitio, em q se fortifiquem
S. M.ª. Christma daia a Portugal os aquelles soccorros de gente e
navios q S. M.ª de Portugal entender q e bairante para

distancia da praça, ou sítio q' he ou uer occupado ate
que com effeito se logra expulsaõ dos inimigos. E entendi-
tendo S. M.ª de Portugal noticia que alguma Naue inter-
tainuadiu nas ditas Conquistas de Portugal S. M.ª de
Sera obrigado a socorrer a tais Conquistas Com o numero de
naueiros q' S. M.ª de Portugal entender q' taõ necessario, Co-
mo se diti no artigo 3.º de h.º Tratado. ~

Artigo. 6.º

Que por quanto entre Inglaterra, e Portugal ha algumas diuidas
asprezentes sobre o resto das diuidas das repualias que se fieraõ
em Portugal no tempo que os Principes Palatinos Roberto e
Mauricio se uieram em parar no diti S. M.ª sobre as quaõ diuidas
em os Ingleses feita Contas muito immoderadas e pretendem que
Portugal se compague, se obriga S. M.ª de Portugal no caso q' se
guerra anã fazer por nimbrega, ou c.ª de armas com a lo-
roa de Inglaterra sem que se porquite e tinea a Portugal destas
diti diuidas das repualias. E no caso de nã se uer quere
interporã S. M.ª de Portugal a sua autoridade e bons officios
taõ efficazmente que o Rey de Inglaterra se acomode com a
compozicaõ, de que se diti ha hantando acuitando as trinta
mil liuras esterlinas q' S. M.ª de Portugal tinha offerendo
Satisfacaõ dos interuados Landolle boa e segura consignacã
e de mil liuras pagas logo de contado. Como se h.º de pro-
metido; pois p.ºde succeder q' dandoli por offendida e quei-
xosa a Coroa de Inglaterra de tanua a tianã nã quera
a compozicaõ de q' se brataua, e intente se lla paguem as por-
bitantes Sommas q' pede. ~

Artigo. 7.º

Se a respeito destas me diuidas porcarem os Ingleses a fazer
repualias em alguã nauio Portuguezes S. M.ª de Portugal
sera obrigado a faz.º os restitui proutamente entrãdo em todo o compenho
q'

que S. M.^{te} de Portugal tomar sobre as despesas que se lhe
fizerem por esta causa. —

Artigo 8.^o

Como havendo guerra poderá El Rey de Inglaterra não pagar
a S.^{ta} Rainha da Gran Bretanha D. Catharina os Alimentos que
lhe paga aquelles Coroa, em a Exigir e a Conveniencia que as
Tres Potencias Coligadas firmam desta Confederação. Cada um
perjuizo da dita Senhora Rainha da Gran Bretanha, sendo ma-
nifesto que de hum danno assim causado a hum terceiro na
pessoa de hum tam grande Princesa resulta a humas Poten-
cias hum obrigação não sonaturat, mas Regia para o de-
verem reparar. Foi convindo, e ajustado que no caso sobredito
sera obrigado S. M.^{te} C.^{te} a pagar a dita Senhora Rainha hu-
ma terça parte do q.^{to} importam os dits. seus Alimentos na
forma que se previzinte se lhe pagam, e as Coroa de Castella e
Portugal outras duas terças partes. Cada Coroa humas de
sorte q.^{to} por este modo fique sua dita S. M.^{te} Britannia totalmente
indemne, e inteira dos seus alimentos pagando-lhe cada hum
das tres Coroa dits. a terça parte de cada humas das outras duas. E
por que em odio desta humas aliança ainda q.^{to} não haja guerra
podera o Ingleses builar pretextos affectados para não paga-
rem a dita Senhora Rainha da Gran Bretanha os referidos
Alimentos faltando a obrigação stipulladana as Capitullações
do Dote, em este caso Concorrem armumas Razões sobedi-
tas, quando assim succede sera tambem S. M.^{te} C.^{te} a
obrigado a pagar a dita S.^{ta} Rainha humas terças partes dos dits.
seus alimentos na maneira sobredita, Como tambem Cada
humas das outras duas Coroa Coligadas outra terça parte q.^{to}
ate que a Coroa de Inglaterra totalmente pague com ate
agora os dits. Alimentos a dita Senhora Rainha da Gran
Bretanha entrando El Rey C.^{te} a para se effectar em
tudo o empinho q.^{to} S. M.^{te} de Portugal tomar nesta ma-
teira. —

Artigo 9º

E porque d'antão a Mda Bombaim a El Rey Carlos 2º de Inglaterra na capitulação do dote da Senhora Raynha da Grã Bretanha, e avendo de conservar os Portuguezes quella anistia com as suas fazendas suas tomaram os Ingleses contra a forma da Capitulação, e instruções queenta se deram para a dita entrega, e o medido se apoderaram da Mda Maim quem se deu incompetencia a d' Bombaim; no caso q' haja guerra na Europa a Mda Maim para com Inglaterra sem que se restitua a Coroa de Portugal a Mda Maim, e seus Vassallos ou excediros tudo o q' se tomaram. —

Artigo 10.

Como os meus Ingleses e Holandeses se sentiram muito na guerra passada do bom acolhimento q' os navios de Corso Francezes achemam nos portos de Portugal, trazendo a elles guzas que eaviam feito as ditas Nações, e podera agora em odio desta aliança fundar sobre ellas algumas pretensões contra Portugal, e My. Christma sera obrigado a fazer que Inglaterra e Holanda não intentem tais pretensões e com a dita causa tanto por sua como os meus q' não de Portugal para aliuar de que quer intento q' ditas Nações tiverem sobre as tais guzas, entrando na guerra q' Portugal poderá ter com as mesmas Nações se inimico ou neutro. —

Artigo 11.

Que pelas capitulações se fizessem com os Estados de Holanda se obrigou Portugal a pagar quatro milhoes de cruzados com as condições e declarações estipuladas no memorando consignando elle o pagamento nos direitos de sal da Villa de Setuval que carregarem os navios Holandeses aqua

quantia esta qualis habita, e poro no tratado de Sumalor-
dica q de Portugal interromper o pagamento por qual quer
causa detendo os ditos ditos sal por de tudo o q tiver pago
e emmenda a pagandinos os quatro milloes creyando Por-
tugal os portos aos ditos Holandeses na p de lauer aquelles
ditos, nem continuandhe pagamento, Sera M^{te} Christ^{ma}
obrigado ana fazer paz com Holanda, Sena depois de se de-
rem os Estados por pagos dos ditos quatro milloes cedendo
da parte q se lhes dar aduer como tambem de qual quer
ditos que emmenda da capitulacao pudessem para a re-
putacao do pagamento por inteiro. E por em odio desta nova
aliança podera no caso de dar guerra de difficultade
o ajustamento das contas intentando se he paguem maiores
quantias do dha uerdade de se de rem, neste caso, Sena
por M^{te} Christ^{ma} interpor seu officio com os Estados
e fha questijam q to que for justa e razo. ~

Artigo 12.

Podera tambem os mesmos Holandeses em odio desta ali-
ança guerra cepir, e intentar algumas pretensoes sobre as por-
das q tiverem na guerra do Brasil, principalmente sobre
a anhillacia, q ficou no Rio de Janeiro, em as fortalezas do Brasil
quando dellas foram expulsos os ditos Portuguezes. Em m^{te}
seus M^{te} Christ^{ma} Sera obrigado a fazer que
os ditos Holandeses na p moligam qual quer intentos dha
matu in finem, por q de se paca os tantos annos bem sem-
tra q fozem estas pretensoes para vingança do seu inimigo
e na pora entendam q tem justiça nellas. E no caso de dar
guerra ana M^{te} Christ^{ma} queda muma sorte e dam-
nada a ana q tiverem neste p^{te} heuillar, como se de ceder
da parte q se lhes de de quatro milloes. ~

Artigo. 13.

No caso de guerra, e M^g. de Portugal queira tratar da
restituição das praças de Belém, e Cananor, sera M^g. Christm
obrigado a fazer a Holanda restituída, não fazendo, por com
ella, nem guerra, ou cessação de armas, sem adita restituição, e
sem cedee de qualquer direito q' tenha contra Portugal
pella de guerra que fôr com armada, que tomou as ditas praças
e fortificações com q' allegou a sua defesa. Enão laçando
guerra, e quando o M^g. de Portugal tratar da restituição das
ditas praças na formada capitulação feita por D. Francisco
de Mello, interpona M^g. Christm os seus officiaes officia-
es para a Holanda se acomode nas compensações que Por-
tugal lhe ha de fazer dos gastos da armada, e fortificações.

Artigo. 14.

Hauido guerra todas as praças que os Portuguezes toma-
rem na India e Costa de Africa dos Holandeses que por elles
foam tomadas á boca de Portugal ou outras guerras
de q' se fôr a de posse ficarem á humo dosos de Portugal
quando se fizer a paz, enão sera obrigado a restituilas ainda
q' por causa de se de fôr, antes da capitulação delle
q' se fizerem com os Holandeses se declararem guerra
podem os d'elles, nem tomar, e M^g. Christm ficarem
obrigados a garantiria delle em todo o tempo.

Artigo. 15.

Para fazer cessar a causa de controvérsia entre os vossa-
los do Aloroad França, e Portugal, entre os quaes o M^g. de

que em seja amica e boa Correspondencia, e amizade que
Entre as duas Coras aquella permite q se deixe subsistir oc-
casia alguma de differença, e de menor boa intelligencia que
pode fazer conceber a seu inimigo alguma esperanca de
fundada, quem S. Mage. que o Tratado Provisional con-
cluido a 14 de Maio de anno passado de mil e setecentos
sobre a posse das terras do Cabo Norte confinante com o Rio
das Amazonas seja e fique daqui em diante como Tratado de-
finitivo, e perpetuo p. sempre.

Artigo. 16.

Como havendo guerra com a Nação Inglesa acaba a garan-
tia da Inglaterra se obriga para a conservação das partes entre
Castilla e Portugal celebradas no Tratado do anno de seiscentos
e setenta e oito, S. Mage. Christm. se obriga a garantir a
não somente no caso de haver a dita guerra, mas ainda na de
haver para que a dita posse de Castilla e Portugal fique
com mais esta segurança, sendo El Rey Christm. garante d'elle
como era El Rey de Inglaterra.

Artigo. 17.

Em vista da resultarem reciprocas conveniencias in Co-
rona de Franca, e de Castilla da unida e nova Aliança que por
este Tratado se consegue El Rey Christm. se obriga a não
somente a guardar este Tratado e Com elle se celebra, mas
tambem q se fizesse para a mesma unia e Aliança com o
Muito Alto e Muito Poderoso Principe D. Philippe 5.º Rey
Catolico de España ficando S. Mage. Christm. garante do
dito Tratado para q inuito laudavelmente se guarde o animo como

nelle 1.ª Contem, e como se com o M.^o Christm.^o fosse celebra-
do o dito Tratado.

Artigo. 18.

Quando se romper a guerra com algum Principe, ou Po-
tencia de Europa, o M.^o Christm.^o não poderá fazer paz, tre-
gua, ou cessação de armas com nenhum dos ditos Principes
ou Potencias sem q^{ue} nellas entre tambem a Coroa de Portugal
tratando das suas conveniencias como das proprias de Fran-
ça, e ajuntando com utilidades, e vantagens da mesma
Coroa; e da mesma sorte Portugal não fara paz, tregua, ou
cessação de armas com nenhum dos ditos Principes, ou Poten-
cias sem q^{ue} nellas entre a Coroa de França, e tratada de conveni-
encias da mesma como das proprias. —

Artigo. 19.

O M.^o Christm.^o se obriga a que a Coroa de Castella conven-
çãse para obra amilade q^{ue} tem com Portugal, e quando pon-
tualmente a obrigação de este do seu Tratado. E no caso
q^{ue} se der guerra a Castella rompa guerra a Portugal, o M.^o
Christm.^o se obriga a que de entre ambas as Coroas se
obrigado a ajudar Portugal para a sua defesa na mes-
ma forma que por este Tratado se obriga a ajudar a Coroa
que as outras Potencias, ou Coroas lhe fazem guerra op-
pondo-se a successão do Rey Catholico Philippe.º ou em
outro desta Aliança, ou com outro qualquer outro. —

Artigo. 20.

O M.^o Christm.^o se obriga a que de entre ambas as Coroas se
obrigado a ajudar Portugal para a sua defesa na mes-
ma forma que por este Tratado se obriga a ajudar a Coroa
que as outras Potencias, ou Coroas lhe fazem guerra op-
pondo-se a successão do Rey Catholico Philippe.º ou em
outro desta Aliança, ou com outro qualquer outro. —

Tratado firmado e concluido por nos sobre ditos Ple-
nipotenciarios de S. Mage. Christianissima de Portugal em
virtude das Pleni-potencias antes Concedidas por S. Mage. em
Cujas firmas, etc. Firmado de vossa Mage. assignamos
firmamos o prezado Tratado de vossa Mage. e selbados
nas armas. Em Lisboa a vinte e oito dias do mes de Junho
do anno do Nascimento de N. Sr. Senhor Jesus Christo de mil
setecentos e um -

Primeiro e Segundo Negocios
Tratado de Amizade e Comercio

Art.º pparez, figure
à l'homme le 15^e Juin 1703
entre la France et le Portugal

Placentes que dos artigos do Tratado da nova Aliança e garantia do Testamento de D. Carlos 2.^o Rey Católico de España na parte de apita à Sucessão do serenissimo Rey Católico de España D. Felipe 5.^o em todos os seus Reynos e Dominios sobre as dependências da Coroa do Portugal com Inglaterra, e Holanda podem ser motivo de alguma queixa, e escandalo para os Ingleses, e Holandeses na interrompção da guerra, e continuando apas q' se firmou principal de se fazer o Tratado da nova Aliança, e garantia, a qual a noticiados mesmos artigos poderá embarratar, e não q' seja mais de intelligencia entre as Coroad. Portugal, e de Inglaterra, e os Estados, tuciam por conveniente os Plenipotenciarios de S. Mag.^{da} Christ.^{ma} e de Portugal, que estes artigos foram secretos para não se levando guerra como se esperava e de se não porem as queixas que dillep. deus nascerão das ditas Coroad. e Republica de Holanda em intelligencia e se possa continuar apas, e assim de q' intelligencia ate o presente, os quais artigos não obstante q' carem em sigudo, e separados do corpo do dito Tratado da Aliança Valera, e terã a mesma força, e vigor q' mais q' n'elles se incluem por se emle da parte de Henri.^{da} e integrantes da dita Aliança e do q' se seguem. -

Artigo 1.^o

Porquanto entre Inglaterra, e Portugal se algum arduvidas presente sobre o dito da diuidas das ditas alias q' se firmam em Portugal no tempo q' os Prinepos de S.^{ta} Fins Roberto, Mauricio se uiram amparados de q' no sobre as quai diuidas tem os Ingleses feitos Contas muito em

immoderadas, e portendem Portugal Varpague, se bri-
ga o Rey: Christão no caso q' a guerra não fazer pa-
regoa, ou cunha de armas com a Coroa de Inglaterra sem
quede porquite, liure a Portugal de tãdetas diuidas das
repulalias. E no caso de m' a guerra interpoia o Rey:
Christão a sua autoridade, e bono officio ta' affirmante q'
El Rey de Inglaterra se acomode com a composiçã de q' se
estaua tratando acitando a trinta mil liuras e fortinas
q' o Rey de Portugal tinha offerecido para a satisfacão de
intermedos dando-lhe a edigna e assignaçã, e de mil liuras
pagas logo de contado como elle tinha prometido. Porque pode
succeder q' dando se por offendida, e quixosa a Coroa de Ingla-
terra de tã noua aliança não quera a composiçã de q' se tra-
tava, e intente se le paguem a os habitantes somas q' q' de.

Artigo 2º

Se açoitado de tã m' a diuida por achem os Ingleses a fazer
repulalias em algũs navios Portuguezes, o Rey: Christão sera
brigado a fazerlos substituir prontamente entrando em tã de
compens. q' o Rey de Portugal tomar sobre a repulalia
q' elle fizerem por tã causa.

Artigo 3º

Como havendo guerra poderá El Rey de Inglaterra não
pagar a senõra Reyna da Gran Bretanha D. Catharina o ali-
mentos q' elle paga a quella Coroa, em abejunto que a
conveniencia que acher Potencias Coligadas triam de tã con-
federacão ceda empejuizo da dita senõra Reyna da Gran
Bretanha, sendo manifesto q' o hum d' uno os hum caudado

a sumtucuro na Picoa de l'ua tão grande Princesa resulta á mu-
mas Potencias l'ua obrigação na' so natural, mas Regia para o
Leuarem de l'eparar; foi Conuindo e ajustado q' no caso sobredito
sera obrigado o Mj. Cristm. a pagar á dita S. Raynha l'ua
terceira parte do d'importam os ditos seus alimentos no forma d'
a proxima sylligam; e as Coronas de Castella e Portug. tou-
ras duas terças partes cada Coronha; de sorte q' por este modo q' o
que subdito Mj. Britanica Estatmente indenne, e inteiro de
dos seus alimentos pagando l'ua de l'ua das duas Coronas l'ua parte
igual a cada l'ua das outras duas. E por q' em odio d'ella mes-
ma Aliança, ainda d'na l'ua guerra podera os Ingleses buscar
pretexto affectado para não pagarem á dita S. Raynha da
Gran Bretanha os seus alimentos faltando a obrigação esti-
pulado na capitulação do dote, e nelle cas. Concorrem os mms
razões sobreditas, quando assim se deua ser também o Mj. Cristm.
obrigado a pagar á dita S. Raynha l'ua terceira parte dos ditos seus
alimentos na manciã sobredita, e metambem cada l'ua das
outras duas Coronas colligadas ou ha terceira parte igual a que
se cobra de Inglaterra e os alimentos paguem a te q' os ditos a-
limentos á dita S. Raynha da Gran Bretanha entrando
o Mj. Cristm. para se l'ua em todo o tempo q' o Mj. de
Portugal tomarem a l'ua.

Artigo 4.º

E por q' ando ke a Mda. Bombaim o Mj. Carlos 2.º de
Inglaterra na capitulação do dote da S. Raynha da Gran Bre-
tanha e auendo se Conservado Portuguezes q' nella assistiam
com as suas familias l'ua tomaram os Ingleses contra a forma
da capitulação, e instrumẽto q' into d'ideram para a dita cõtra q',
e l'ua d'ella se podera de l'ua de M. l'ua, q' n' l'ua l'ua
competencia l'ua de Bombaim; No caso q' se a guerra não faze

de sedarem os Estados por pagos de deditos quatro milloes Cederdo
da parte d'elles restar aduen Comtambem de quistquindicito d'
emuitude da Capitullacão pudenter para azepticão do pagamento
por inteiro. E porq em odio de tanoua Aliança poderã no caso de
naõ sauer guerra de difficultadem o ajuntamento das Contas inter-
tando Sellegagem maior ou quantias do d'nauidade d'elles
deuam, nestecas, senenariis for S. M. C. E. i. m. interpori.
Seu officios Com os estados, e faze d'ella jam p' leg for iudiciã,
elas. —

Artigo 7º

Poderã tambem os munes Holandeses em odio desta Aliança
querer repeti e intentar alguma pertencença sobre as pedas que hi
ueram na guerra do Brasil principalmte sobre a artilheria d'
sicou no Recife, emais fortalezas do Brasil quando dellas foram
expullos pellos Portugueses. em cujos termos S. M. C. E. i. m.
sera obrigado a faze d'ordito Holandeses naõ p'ligam quist-
quer intento d'nutamutua tuer em. Porq tendo pagado
tantos annos bem semestres q' faze m. e. f. a p' extencão para
uingarado seu sentimento, enã por d'entendam q' tem iudiciã
nello, eno caso de lauer guerra faze S. M. C. E. i. m. q' da
melhor sorte. Adam de toda a accão q' tuerem nestepartiuella
Comtambem de ceder da parte d'elles deuen dos quatro milloes.

Artigo 8º

No caso q' haja guerra, e S. M. de Portugal quier restar da
restituiçã das praias del ocidm e lanoar. Serã S. M. C. E. i. m.
obrigado a faze q' Hollanda se deuitua. naõ fazeendo por Com
ella, nem trepa, ou lanoar de armas sem adita restituiçã,

Edem Cederde quatuordecim milia de Gente contra Portugal, pelly
desperar, foy com a armada q' tomou as ditas naus, e forti-
ficacões Com q' alleguou a sua defensa. En d'ha guerra
equivera S. Mag^{de} Portugal tratar de substituir as ditas gra-
ças na formada capitullação feita por D. Fr. de Mello inter-
por S. Mag^{de} Christ. m^o seus officiaes officiaes para q' Hollanda
se accommodar a compensacões q' Portugal lhe de fazer de q'as-
tos da armada, e fortificacões.

Artigo 9^o

Haendo guerra todas as praças de Portuguezes Com a-
rim na India, e Costa de Africa as Hollandezes que por elles
foram tomadas a Coroa de Portugal, ou entre as quays que
de fustijam de posse ficaraõ á mune Coroa de Portugal. E
quando se fiver a paz, enaõ sera obrigada a substituir
ainda q' pouca causa se de de fazer, antes nas capitul-
lações dellas se fiverem Com Hollandezes se deularaõ q'
elles os naõ pediraõ legem, nem Comar, e S. Mag^{de} Chris-
tianissima ficaraõ na obrigaçõ de garantir adellas em todo
o tempo.

Osguai nove artigos separados e pertencentes ao Tratado
de Aliança entre S. Mag^{de} Christianissima e de Por-
tugal feito por nos seus Plenipotenciarios nem mune-
diada de adeste foram concluidos, e ajustados por nos

Com parte e inteiro, e integrante do memoratado. E em-
se e testemunho de verdade os assignamos e firmamos
de nossas mãos, e sellos de nossas armas em Lisboa aos de-
zoito dias do mes de Junho do anno de mil Settecentos e setenta e um.

Almeida

João de Almeida

Francisco de Almeida

Mendoça de Almeida

em ~~Minha~~ graça de Deus Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em
Africa, ~~Santa de Guiné~~ e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India
faco saber ao que a presente virem que desejando eu mostrar a grande e particular estimacao q' fizo da
boa amizade e correspondencia de V. Magestade Christianissima meu muito caro e muito amado irmão, e que a paz
e uniao dos Vassallos de hua e outra Coroa não só se conserve mas se augmente e firme cada ves com mais
apertados e seguros vinculos de sua perfeita intelligencia e reciprocos interesses, lesado entrar em hua ro-
ta confederacao e Liga com sua Magestade Christianissima. Entendendo tambem que della poderão resultar mo-
tivos que ajudem a estabelecer o sossego e tranquillidade das nações amigas e confederadas de minha Co-
roa que desejo muito promover pela minha parte. Encomendando V. Magestade por suas lettras patentes
por seu Plenipotenciario para ajustar e concluir o Tratado da dita nova Confederacao e Liga ao Sr. de
Novillo Presidente no seu grande Conselho e seu Embaixador em minha Corte; fui servido nomear pela
minha parte e pela presente nomeio por meus Plenipotenciarios para o ajustamento e conclusao do dito
Tratado a Manuel Pelles da Silva Marques de Alegrete Conde de Brilhante maior Commendador das Commendas
de S. João de Alegrete e Lagares de S. João da Ordem de Christo, São João de Moura e S. Maria de Albuquerque
da Ordem de Avis do meu Cons. de Estado, Gentil-homem da minha camara e Vedor da fazenda; Francisco de
Tavora fonde de Alvor Senhor da Villa da Noite Alcaide mor de Pinhel Commendador das Commendas de
S. André de Trizpeda, Porto Santo, Santa Maria de duas Igrejas e São Salvador do Baile da Ordem
de Christo do meu Cons. de Estado e Presidente do Ultramarino e a Mendo de Fozes Per. Commendador
da Commenda de Santa Maria do Maranhão da Ordem de Christo do meu Conselho e meu secret. de Estado
aos quaes ditos meus Plenipotenciarios dou pleno poder, Commissoes, emandato especial para que por mim
e em meu nome possam conferir concluir e assignar hum Tratado de Confederacao e Liga entre mim e V. Magestade
Christianissima e para geralmente prometterem e estipularem como eu fizera, ou puder e fizesse pessoalmente
achara presente ainda que ali haja alguma cousa qualquer que seja que necessite de mandado mais espec-
al que o contido nesta presente; prometendo em fé e palavra de Rey cumprir e executar pontualmente
tudo o que for por agraavel e ter para sempre por firme e valioso tudo aquilo que em virtude desta minha
Plenipotencia for feito concluido assignado e permutado pelos ditos meus Plenipotenciarios obrigando-me
por esta presente a expedir minha carta de ratificacao em boa e dura forma dentro do termo q' se ajus-
tar, porque assim o hei por bem. Em fé do que mandei passar a presente por mim assignada e sellada
com o Sello grande de minhas armas. Dada em salvaterra aos oito dias do mes de Março, An-
tonio Rodrigues de Boba a fcs annos do nascimento de N. S. Jesus Christo de mil setecentos e hum Mil
e oitocentos e vinte e seis.

El Rey

Dom Pedro por graça de Deus Rei de Portugal e
dos Algarves daquem e dalem mar, em Africa Senhor de Gui-
né e da Conquista, Navegação, Comercio da Ethiopia, Arabia,
Persia e da India &c. Tuo saber aos que esta minha carta
puderem de approvaçao, ratificaçao, e confirmaçao virem, que
nesta minha corte e cidade de Lisboa aos deuto dias do
mes de Junho do anno presente de mil setecentos e hum se
ajustou, concluiu, e assignou hum Tratado de alliança entre
mim e El Rey Christianissimo Luis decimo-
quarto Rey de Franca e de Navarra meu bom irmao,
seus Plenipotenciarios por parte de S. Mag^d Christ^{ma} para
este effeito o Senhor de Tuvillie Embaixador extraordinario
de El Rei Christianissimo nesta minha corte, e nella minha
parte Manuel Telles da Silva Mancebo de Alegrete do meu Con-
selho de Estado, Gentil Homem de minha Camara, e Velho da
fazenda, Francisco de Tavora Conde de Alvor outro do meu
conselho de Estado e Presidente do Ultramarino, e Alente de
João Pereira do meu conselho e meu Secre^{to} de Estado: o qual
Tratado he o seguinte.

Em nome da Sanctissima Trindade.

Seja notorio a todos que tendo havido sempre uma boa ami-
dade entre o Serenissimo e muito poderoso Principe Luis
XIV por graça de Deus Rei de Franca e de Navarra &c. e o
Serenissimo e muito poderoso Principe Dom Pedro outro si por
graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves &c. e desig-
nao de S. Mag^d signalam^{te} conservar, quanto dellas depender, e de-
mora de Europa, convierao em tomar para este effeito as me-
didas necessarias, e havendo dado a este fim suas Pene-
tencias, a saber S. Mag^d Christianissima ao Senhor Tuvillie

Presidente do seu grande Conselho e seu Embaixador em Portugal e S. Mag de Portugal havendo tambem dado sua Plenipotencia aos seus Commissarios, a saber aos Senhores Manoel Telles da Silva Marques de Alegrete Conde de Villas Mayos, Comendador das Comendas de S. Joao de Alegrete e Logares de founre da Ordem de Christo, S. Joao de Alva, e S. Ma de Albuquerque da Ordem de Aviz, do Conselho de Estado, Gentil Homem da Camara de S. Mag de Portugal, e Vedor de sua fazenda, Francisco de Tavora Conde de Alva, Senhor da Villa da Moura, Alcaide mor de Lindes, Comendador das Comendas de S. Andre de Teixeda, Santo Janeto, Santa Maria de duas Igrejas, e S. Salvador do Bairro da Ordem de Xp do Conselho de Estado e Presidente do Ultramarino, e Senhor Mendes de Foyes Pereira Comendador da Comenda de S. Maria do Marão da Ordem de Christo do seu Conso e Secretaris de Estado. Os quaes depois de haurem communicado reciprocamente as suas Plenipotencias, e achando estarem em boa forma e valida em virtude das ditas Plenipotencias convierão nos artigos seguintes.

Artigo 1º.

Dezjando S. Mag de Portugal mostrar a El Rei Christo a grande estimacao que faz da sua boa amizade e quanto deseja interessarse sempre nas suas Conveniencias permite e se obriga por este novo Tratado de alliance e garantias do testamento de Dom Carlos Segundo Rei Catholico de Hespanha na parte que respecta a succeder e porvir o muito alto e muito poderoso Principe Dom Philippe quinto Rei Catholico de Hespanha todos os Estados e Dominios que porvia o dito Rei Carlos Segundo; de sorte

que havendo algum Principe ou Potencia que mova guerra a França ou a Castella para impedir ^{ou diminuir} a d' successão, o Rey de Portugal negará os seus portos assim neste Reino como em todos os seus domínios aos Vassallos e Navios ou de guerra ou Mercantes dos tais Principes ou Potencias porque nelles não possa ter genero algum de Comércios nem de acolhida, e os que vierem aos ditos portos serão tratados como inimigos da Coroa de Portugal.

sis a entrelinda = ou diminuir =

Artigo 2º

E porque desta nova alliança e negação de portos as Nações que esta vez se referida tiveram guerra com as Coroas de França e Castella resultarão grandes danos a Portugal, e a fmea de o Rey e o Príncipe de Bragança he evitá-lhos quanto he for possível, o Rey e o Príncipe promette e se obriga a socorrer o Reino de Portugal e suas Conquistas com o numero de tropas e navios necessario para a sua defensão quando seja invadido em virtude deste Tratado, ou em odio destas novas allianças com França e Castella, ainda que a guerra seja feita com outro pretexto por qualquer Principe ou Potencia de Europa, não obstante que os mesmos Principe ou Potencias estejam já nomeados que o dito Rei Catholico Dom Carlos 2º fez na pessoa do mº alto e muito poderoso Principe Dom Philippe quinto Rei Catholico de Hespanha para he succeder em todos seus domínios; porque como o faltarem os portos de Portugal ás Nações que não queriam estar já desta nomeação para o seu Comercio e para a invasão de Castella pode ser motivo de se acomodarem e de não entrarem na guerra sendo o Rey e o Príncipe de Bragança tudo o que se pro-

dino prometer dos portos e vizinhança de Portugal co' Castella, poderas ficar em tal odio e sentim^{to} que procurem pretextos para fazer a guerra a Portugal com vingança e satisfacção das esperanças que lle fizeo com a uniaõ de França e de Castella. E assim tambem neste caso da mesma sorte sera D. May Christão obrigado a dar a este Reino e suas conquistas aquelles mesmos soccorros por mar e terra q' seria obrigado a darlle se a guerra se rompesse em opposiçã da successão do dito senhor Rei Catolico Philippe quinto.

Artigo 3.^o

Quando sem o Rei Christão sera obrigado a soccorrer o Reino de Portugal e suas conquistas quando for invadido na forma sobredita, mas tambem lle dará os mesmos soccorros para prevenir e evitar a invasão, mandando a este Reino em cada um dos annos q' durar a guerra, a tempo opportuno, aquelles navios de guerra que bastem, assim para segurar as costas do Reino de França invadidas, como tambem as fortalezas e navios de commercio, conforme D. May de Portugal lle pedir.

Artigo 4.^o

Todos os soccorros assim por mar como por terra q' D. May Christão der a Portugal e suas conquistas haõ de ser pagos pela Coroa de França sem que a de Portugal em tempo algum seja obrigada a satisfazer as despezas que nelle se fizerem.

Artigo 5º

Succedendo que alguma potencia vá ás conquistas de Portugal e tome nellas alguma praça ou sitio em que se fortifique, S. Mage. Christã dará a Portugal aquelles soccorros de gente e navios que S. Mage. de Portugal entender que se bastante para a restauração da praça ou sitio que lhe houverem occupado ategue com effeito se consiga a expulsão dos inimigos. E oubo si tendo S. Mage. de Portugal noticia que alguma nação intenta invadir as ditas conquistas de Portugal, S. Mage. Christã será obrigado a soccorrer as tais conquistas com o numero de navios que S. Mage. de Portugal entender que são necessarios como se diz no artigo 3º deste Tratado.

Artigo 6º

Que por quanto entre Inglaterra e Portugal há algumas duvidas ao presente sobre o resto das dividas das Representações que se fizeram em Portugal no tempo que os Prineipes Palatinos Roberto e Mauricio se tiveram amparar do dito Reino, sobre as quais dividas tem os Ingleses feito contas muito immoderadas, e pretendem que Portugal lhes pague, se obriga S. Mage. Christã no caso que haja guerra, a não fazer paz, nem tregua, ou cessação de armas com a Coroa de Inglã sem que de por quite e livre a Portugal deitas ditas dividas das Representações. E no caso de não haver guerra interporá S. Mage. Xp^{ma} a sua authoridade e bons officios tão efficaes que el Rei de Inglã se accomode com a composição de q^{ta} se estava tratando recitando as trezentas mil libras esterlinas q^{as} S. Mage. de Portugal tinha offerecido p^{ra} satisfação dos interessados dando-lhe boa

e segura consignação e de mil libras pagas logo de contado como se lhe tinha prometido; porque pode succeder que dardose por offendida e queiposa a Coroa de Ingl^a desta nova alliança não queira a composiçã de que se tratava e intente se lhe paguem as exorbitantes Somas q^a pede.

Artigo 7º

Se a respeito desta mesma divida passarem os Ingleses a fazer represalias em alguns Navios Portuguezes, S^{ma} Mage^{dade} X^{ra} será obrigado a fazelos restituir prontam^{te} entrando em todo o empenho que S^{ma} Mage^{dade} de Portugal tomar sobre as represalias que se lhe fizerem por esta causa.

Artigo 8

E como havendo guerra poderá El Rei de Ingl^a não pagar à Senhora Rainha da Gran Bretanha Dona Catharina os alimentos q^a lhe paga aquella Coroa, e não he justo q^a a Conven^{ção} que as tres Potencias colligadas tirão desta confederacão ceda em prejuizo da dita Senhora Rainha da Gran Bretanha, sendo manifesto que de hum dano att^o causado a hum terceiro na pessoa de hum tão grande Princesa resulta às mesmas Potencias humma obrigaçã não só natural mas legal para o deverem reparar; foi convindo e ajustado que no caso sobredito será obrigado S^{ma} Mage^{dade} X^{ra} a pagar à dita S^{ra} Rainha humma terça parte do que importas os ditos seus alimentos na forma que ao presente se lhe pagas, e as Corons de Castella e Portugal outras duas terças partes, cada Coroa humma; de sorte que por este modo fique sua dita Mage^{dade} Britanica totalm^{te} indemne, e in-

tenida dos seus alimentos pagandolhe cada uma das outras
coroa uma parte igual a cada uma das outras duas. E
por em odio desta mesma alliança amizade não haja
guerra pedida os Ingleses buscar pretextos affectados para
não pagarem à dita 3ª Rainha da Gran Bretanha os re-
feridos alimentos substando à obrigação estipulada nas Ca-
pitulações do dote, e neste caso concorram as mesmas da-
zões sobreditas: quando assim succeda, será tambe 3º May
Christão a pagar à dita 3ª Rainha uma terça parte dos
ditos seus alimentos na maneira sobredita, como tambem
cada uma das outras duas coroa collegadas outra terça
parte igual, atque a Coroa de Inglª realmente pague
como ategora os ditos alimentos à dita 3ª Rainha da
Gran Bretanha, entrando El Rei Christão para esse ef-
feito em todo o compendo que 3º May de Portugal tomar
nesta materia.

Artigo 9º

E porque dandose a ilha de Bombaim a El Rei Carlos 2º
de Inglª nas Capitulações do dote da 3ª Rainha da Gran
Bretanha havendo de conservar os Portuguezes qº nella
assistias com as suas forças, has tomáras os Ingleses
contra a forma da Capitulação e instrucção que então se deu
para a dita entrega: e alem disso se apoderáras da ilha de
Madin, que nem se deu, nem pertencia à de Bombaim;
no caso que haja guerra não fará 3º May Christão pagar
Inglª sem que restitua à Coroa de Portugal a ilha de Ma-
him, e a seus vassallos ou herdeiros todos o qº elle to-
máras.

Artigo 10

Como os mesmos Ingleses e Holandeses se sentiram
danada na guerra passada do bom acolhimento q' os Navios
de Coas Franceses acharam nos portos de Portugal trazendo a
elles prezas q' leviam feito ás ditas nações, e poderam agora em
odio desta alliança fundar sobre ellas algumas pertençõs
contra Portugal, S. M.^a Christ.^a será obrigado a fazer que
Ing.^a e Hollanda não intentem tais pertençõs, e tomar
esta causa tanto por sua como o mesmo Reino de Portugal
q' o livrar de qualquer intento que estas nações tiverem
sobre as tais prezas, entrando na guerra que Portugal pode-
rá ter com as mesmas nações se insistirem nesta pre-
tenção.

Artigo 11.^o

Que pelas capitulações que se fizeram com os Estados de Hol-
landa se obrigou Portugal a lhe pagar quatro milhoes de cru-
zados com as condições e declarações estipuladas no mesmo
Tratado consignandolhe o pagamento nos direitos do Sal da
Vilha de Cetuvael que carregavam os navios Holandeses, a
qual quantia está quasi satisfeita. E porque no Tratado há
uma condição que se Portugal interromper o pagamento
por qualquer causa cessando os direitos do dito Sal perderá tu-
do o que tiver pago, e começará a pagar de novo os quatro mil-
hoes, e negando Portugal os portos aos ditos Holandeses não
pode haver aquelles direitos, nem confirmarselle o pagamento;
será S. M.^a Christ.^a obrigado a não fazer paz com Hollanda
senão depois de se darem os Estados por pagos dos ditos quatro
milhoes, cedendo da parte q' se lhe restar a dever, como tam-
bem de qualquer direito que em virtude da capitulação pudesse
ter para a repetição do pagamento por inteiro. E porque em odio
desta nova alliança poderão no caso de não haver guerra degi-

cularem o ajustam das cousas intentando de lle paguem as
yores quantias de que na verdade de lle devem, neste caso, se
necessario for, S. Mag. X^{ma} interporá seus officios com os Es-
tados, e fará que estejam logo for justiça e razão.

Artigo 12^o

Poderão tambem os mesmos Hollandeses em odio desta alli-
anea querer repetir e intentar algumas perseguições sobre as per-
das que tiveram na guerra do Brazil, principalmente sobre
a artellaria que ficou no Recife e mais fortalezas do Bra-
zil quando dellas foram expulsos os Portuguezes. Em cujos
termos S. Mag. X^{ma} será obrigado a fazer que os ditzos Hol-
landezes não prosigão qualquer intento que nesta materia tive-
rem, porque sendo passados tantos annos bem se mostra que
fazem estas perseguições para vingarem do seu sentimento, e não
por entendado que tem justiça nellas. E no caso de haver
guerra fará S. Mag. X^{ma} que da mesma sorte cedão de toda
a acção que tiverem neste particular, como hão de ceder da
parte que de lle deve dos quatro milloes.

Artigo 13^o

No caso que haja guerra e S. Mag. de Portugal queira tratar
da restituição das praças de Cochim e Cananor será S. Mag. de
X^{ma} obrigado a fazer q. Hollanda as restitua não fazendo pay-
nem repara ou corração de armaz sem a dita restituição, e sem
ceder de qualq. direito que tenha contra Portugal das despesas
que fez com a armada que tomou as ditas praças e fortificações
com que adquiriu a sua defesa. E no caso de guerra e que-
rendo S. Mag. de Portugal tratar da restituição das ditas praças
na forma da capitulação feita por Dom Joan de Alente, inter-

para o *Rey* *De* *seus* officios officios para que Hollanda se
acordasse das compensações que Portugal lhe ha de fazer dos gados
da armada e *Indiferencia*.

Artigo 14.^o

Quando guerra, todas as praias que os Portuguezes tomarem
na India e costa de Africa aos Hollandezes que por elles foram
tomadas a Coroa de Portugal ou outras quaesquer de que ebrjadas
de pize, ficarão a mesma Coroa de Portugal quando se fizer
a paz, e não serão obrigadas a restituilas ainda que por esta causa
se deixe de fazer, antes nas capitulações della que se fizerem
com os Hollandezes, se declarará que ellas as não poderão receber
nem tomar, e que *De* *seus* ficarão na obrigação de garantia
dellas em todo o tempo.

Artigo 15.

Para fazer cessar toda a causa de controvérsia entre os Vassallos
da Coroa de França e Portugal, entre os quais *De* *seus* querem que
haja a mesma boa correspondência e amizade que há entre as duas
Coroas a qual não permite que se deixe subsistir occasião alguma
de differença e de menor boa intelligencia que possa fazer
conceber a seus inimigos alguma esperanca mal fundada,
querem *De* *seus* que o Tratado Provisional concluido aos qua-
tro de Março do anno passado de mil e trezentos sobre a pue-
das terras do Cabo do Norte confirmando com o Vis das Ara-
gonas seja e fique daqui em diante como Tratado definitivo, e
respetivo para sempre.

Artigo 16.^o

Como havendo guerra com a nação Inglesa acaba a garantia a que Ingt^a se obriga para a conservação da paz entre Castella e Portugal celebrada pelo Tratado do ano de 668, D. Magd^a X^{ma} se obriga à mesma garantia, e não sem no caso de haver a dita guerra, mas ainda no de a não haver para que a paz de Castella e Portugal fique com mais esta segurança sendo El Rey X^{mo} garante della, como era el Rei de Ingt^a.

Artigo 17^o

Sem razão se resultarem reciprocas conveniências às Coroa de França e de Castella da união da nova aliança que por este Tratado se consegue El Rei X^{mo} será obrigado não somente a guardar este Tratado que com elle se celebra, mas também o que se faz para a mesma união e aliança com o muito alto e muito poderoso Principe Com Philippe 5^o Rei Catholico de Hespanha, ficando D. Magd^a X^{ma} por garante do dito Tratado para inviolavelm^{te} se guarde assim como nelle se contém, e como se com D. Magd^a X^{ma} fosse celebrado o dito Tratado.

Artigo 18^o

Cepandose a romper a guerra com algum Principe ou Potencia de Europa D. Magd^a X^{ma} não poderá fazer paz, trégua, ou cessação de armas com nenhum dos ditos Principes ou Potencias sem que nella entre também a Coroa de Portugal tratando-se das suas conveniências como das proprias de França para se ajudarem com utilidade e vantagem da mesma Coroa. E da mesma sorte Portugal não fará paz, trégua, ou cessação de armas com nenhum dos ditos Principes ou Po-

tenças sem que nellas entre a Coroa de França, e fante das
conveniências da mesma como das proprias.

Artigo 19.

S. Mag^d se obriga a que a Coroa de Castella conservará
a paz e boa amizade que tem com Portugal, e guardará pon-
tualm^{te} as obrigações deste e do seu Tratado. E no caso (que
se não espera) que Castella rompa guerra a Portugal, S.^{ta} Mag^d
Christina como Garante da paz de entre ambas as Coroas
será obrigado a ajudar Portugal para a sua defensão na
mesma forma que por este Tratado he obrigado a fazê-lo
no caso que as outras Potencias ou Coroas lhe façam guerra
oppondo-se à successão de El Rei Catholico Philippe 5.^o, ou
com odio desta alliança, ou com outro qualquer pretexto.

Artigo 20.

Esta Liga e suas obrigações reciprocas durará e terá effeito
e vigor por espaço de vinte annos.

Todas as quas cousas contidas nos vinte artigos deste Tra-
tado foram recordadas e conhecidas por nós sobreditos Príncipe-
povos de S. Mag^d Christina e de Portugal em virtude
das Príncipepovos a nós concedidas por S. Mag^d. Em cuja
fé, firmura e testemunho de verdade assignamos e firmamos
o presente Tratado de novas mãos e sellos de novas armas
em Lisbon aos deztois dias do mes de Junho do anno
do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e
sete centos e hum. 15. Lovilla. 15. Marques de Alca-

grete. ① Conde de Alvor. ② Mendo de Foyos Pereira.

Eu vendo eu visto o dit. Tratado de alliança depois de bem
considerado e examinado, approvei, ratifiquei, e confirmei,
approvo, ratifico e confirmo todas e cada uma das cousas
nelle contendas, e pella presente o dou por bom, firme, e
valioso, prometendo em fé e palavra de Deu observar, e
cumprir inviolavelmente sua forma e teor, e fazer cumprir
e observar, sem fazer ou permittir se faça coisa alguma
em contrario directa ou indirectam^{te} em qualquer modo
que se possa, renunciando todas as leis e costumes, e todas
as outras cousas que haja e possa fazer em contrario:
E para fé e firmeza do tudo mandei passar a presente
carta de ratificação em minha assinada e sellada co'o sell
grande de minhas armas. Dada na cidade de Lisbon
aos vinte dias do mes de Junho. Antonio de Oliveira
de Carvalho a q^{ta} anno do Nascimento de Nosso Senhor
Jesus Christo de mil sete centos e hum. Mendo de
Foyos Pereira



Platiff. du Roy de Portugal D.^o Pedro
du 18 Juin 1703. fu. les Art.^s secrets signés
de sa part & L'homme le meme jour avec
le Roy Louis 14.^e

Om Pedro por graça de Deus Rei de Portugal, e dos Al-
garues, da quem e da Lem mar em affrica, Snor de Guiné, e da Conquis-
ta navegação, Commercio de Ethiopia, Arabia, Peria, e da India &c.
Faco saber aos q^e esta minha Carta patente de approvaç^o Ratificac^oam,
e confirmac^oo viram, q^e nesta minha Corte e Cida^de de Lisboa aos de-
zeito dias do mez de Junho do anno prezente de mil Sette Centos e hu,
se ajustara^o concluiro^o, e assignara^o hui's artigos Secretos que
farim Eua^o parte essencial, e integrante do Tratado de alliança entre
mim, e El Rey Christianissimo meu bom Irmão, feito no mesmo
dia, sendo Plenipotenciario por parte de Sm^og. Xp.^{ma} para esse
effeito o Snor de Rowilhé Embaix.^{or} extr.^o de El Rey Xp.^{mo} nesta
minha Corte; e pella minha parte Alancez Tilles da Silva Mar-
quez de Allegrete domou Concelho de Estado, Gentil-homem de minha
Camara, e Vedor da fazenda Francisco de Tavora Conde de Alvor,
outrosi domou Concelho de Estado, e Presidente do Ultramarino,
e Alendo de Foyos Pereira domou Concelho, e meu Secretario de Estado,
os quaes artigos sa^o os seguintes.

Or se entender que dos Artigos do Tratado da Nova alliança, e garan-
tia do testamento de D. Carlos 2.^o Rey Cath.^o de Espanha na parte q^e
respeita á Sucessão do Serenissimo Rey Cath.^o de Espanha Dom
Felippe 5.^o em todos os seus Reinos, e Dominios Sobre a dependen-
cia da Coroa de Portugal com Inglaterra, e Holanda podem ser
motivo de alguma quixa, e escandalo para os Ingleses, e Holande-
zes não se compenhe a guerra, e continuando a paz que he o fim
Principal de se fazer o Tratado da Nova alliança e garantia a q^l
a noticia dos mesmos artigos podera^o embaracar, e fazer que haja
menos boa intelligencia entre as Coroas de Portugal, e de Ingla-
terra, e os Estados tuera^o por conveniente os Plenipotenciarios de S.^m
Maj.^z Xp.^{ma} e de Portugal que certos artigos fossem Secretos para que na
survinda guerra como se espera, e duvida não tenha^o a quixas que
delle poderã nascer ás ditas Coroas, e Republica de Holanda em má
intelligencia e se não continuas a paz, e a amizade que entre ellas havia
ate ao presente, os quaes artigos não obstante ficarem em segredo, e separados

do Corpo do dito Tratado de alliança valerão e terão a mesma força, e vigor que os mais que nelle estão incluídos por serem sua parte essencial e integrante da dita alliança, e são os que se seguem.

Artigo 1.º

Porquanto entre Inglaterra, e Portugal ha algumas dividas ao prez. sobre o resto das dividas das Deprezalias, que se fizeram em Portugal no tempo que os Principes Palatinos Roberto, e Mauricio se vieram a amparar do dito Reino sobre as quaes dividas tem os Ingleses feito Contas muito immoderadas, e pretendem que Portugal lhes pague que se obriga S. M.ª D.ª no caso que seja guerra a não fazer paz nem tregua, ou cessar as armas com a Coroa de Inglaterra sem que de por quite, e Livre a Portugal destas ditas dividas das deprezalias. E no caso de não haver guerra intervirá S. M.ª D.ª a sua autoridade, e bons officios tão efficazmente que El Rey de Inglaterra se acomode com a Composição de que se estava tratando, accitando as trinta mil Libras Esterlinas que S. M.ª de Portugal tinha offerecido em satisfacão dos interessados: dando-lhe boa e segura Consignação, e dez mil Libras pagas Logo de Contado como se lhe tinha prometido. Porque pode Succeder que dándose por offendida, e quixosa a Coroa de Inglaterra de sua Nova alliança não queira a Composição, de que se tratava, e intente se he paguem a sexorbitantes Somas que pede.

Artigo 2.º

Se a respeito desta mesma divida pagarem os Ingleses a fazer Deprezalias em alguns navios Portuguezes, S. M.ª D.ª será obrigado a fazelos e a Tituir promptamente entrando em todo o empenho que S. M.ª de Portugal tomar sobre as Deprezalias que se he fizerem por esta causa.

Artigo 3.º

E como havendo guerra ocorrerá El Rey de Inglaterra não pagar a Sua Magestade da Gran Bretanha D.ª Catharina os annos

que he paga aquella Coroa, enão he justo que a Conveniencia que as trez Pot-
tencias Colligadas tiram desta Confederaçãõ ceda emperjuizo da dita S.
Rainha da Gran Bretanha sendo manifesto que de hum dano assim
causado a hum terceiro na pessoa de huã tao grande Prineza resulta às
mesmas Potencias huma obrigaçãõ não só natural, mas Regia para
o deverem de reparar; foi Conuindo e ajustado que no caso sobre dito serã
obrigado S. M.^{de} Xpm.^a a pagar adita Snora Rainha huã terça parte
do que importãõ os ditos seus alimentos na forma que a presente se lhe
pagãõ; e as Coroas de Castella e Portugal outras duas terças partes
Cada Coroa huã; de sorte que por este modo fique Sua M.^{de} El Rey. Bri-
tanica totalmente indemne, e inteirada dos seus alimentos pagando he
Cada huã das trez Coroas huã parte igual acada huã das outras duas.
E por que em odio desta mesma alliança ainda que não haja guerra po-
derã os Ingleses buscar pretextos affectados para não pagarem a dita
Snora Rainha da Gran Bretanha os differidos alimentos faltando
à obrigaçãõ estipullada nas Capitulaçõe's do dote, e neste caso Concorrem
as mesmas Razõe's sobre ditas quando assim succeda sera tambem
S. M.^{de} Xpm.^a obrigado a pagar ad. Snora Rainha huã terça parte
dos ditos seus alimentos na maneira sobre dita, Como tambem cada
huã das outras duas Coroas Colligadas outra terça parte igual até
que a Coroa de Inglaterra realmente pague como até gora os ditos ali-
mentos adita Snora Rainha da Gran Bretanha entrando El Rey
Christianissimo para este effeito em todo o cumprimento que M.^{de} Portugal
fazer nesta materia

Artigo 4.^o

E por que dandose a Ilha de Bombaim a El Rey Carlos 2.^o de Inglaterra
nas Capitulaçõe's do dote da Snora Rainha da Gran Bretanha, haundo
de Conservar os Portuguezes que nella residiam com as suas fazendas
e as suas casas os Ingleses contra a forma da Capitulaçãõ, e em Arrecue's que
então se deraõ para adita entrega, e alem disso se apoderarã da Ilha
de Mahim, que nem se deu nem pertencia a de Bombaim no caso que
essa guerra não fari M.^{de} Xpm.^a pax nem hegea ou cessarãõ de arma e com
Inglaterra, sem que restitua a Coroa de Portugal a Ilha de Mahim e as

seus vassallos ou herdeiros tudo o que he tomara.

Artigo 5.º

Como os mesmos Ingleses, e Holandezes se sentirão muito na guerra passada do bom acolhimento que os navios de Corso Francezes a chãram nos portos de Portugal trazendo aelles prezas que haviaõ feito ás ditas nascoe's, e poderão agora em odio desta alliança fundar sobre ellas alguã's pertenceo's contra Portugal, S. M. de X.ª^{ma} será obrigado a fazer que Inglaterra e Holanda não intentem taes pertenceo's, tomando esta causa tanto por sua, como o mesmo Reino de Portugal para o livrar de qualquer intento que estas nascoe's tivessem sobre as taes prezas, entrando na guerra que Portugal poderã ter com as mesmas nascoe's se insistirem nesta Retencao.

Artigo 6.º

Das Capitulaço'es que se fizeraõ com os Estados de Holanda se obrigou Portugal a lhe pagar quatro milhoes de cruzados com as Condico'es e declaraço'es estipuladas no mesmo Tratado Consignando se lhe o pagamento no direito do Sal da villa de Cetuval que carregassem os navios Holandezes, a qual quantia está quasi satisfeita. E porque no Tratado há huã Condicao que se Portugal interromper o pagamento por qualquer causa detendo o direito do dito Sal, perderã tudo o que tiver pago, e Commetterã a pagar de novo os quatro milhoes; e negando Portugal os portos aos ditos Holandezes não pode haver aquelles direitos, nem Continuar se lhe o pagamento; Será S. M. de X.ª^{ma} obrigado a não fazer paz nem tregua ou cessacio de armas com a Holanda, se não depois de se darem por pagos os ditos quatro milhoes cedendo da parte que se lhe destar a dever como tambem de qualquer direito que em virtude da Capitulaço' podesse ter para a depiticaõ do pagamento por inteiro; e porque em odio desta nova alliança poderão no caso de não haver guerra de ficultarem o ajustamento das Contas intentando se lhe paguem mayores quantias do que na verdade se lhe devam, neste caso se necessitar S. M. de X.ª^{ma} interporã seus officios com os Estados, e fará que estejaõ pelo que for justicia e Razão.

Artigo 7.^o

Poderão também os mesmos Holandezes em odio desta aliança guerer e petir, e intentar alguma's pertencões sobre as perdas que tiverem na guerra do Brazil principalmente sobre a arte Maria que ficou no Recife e mais fortalezas do Brazil quando ellas foram expulsos pelo Portuguezes. Em cujos termos S. Mag.^a S.^a será obrigado a fazer que os ditos Holandezes não persigão qualquer intento que nesta materia tiverem. Porque sendo passados tantos annos bem se mostra que fazem esta's pertencões para vingança do seu sentimento, e não por que entendam que tem justia nellas; E no caso de haver guerra, fará S. Mag.^a Christianissima que da mesma sorte cedão de toda auea que tiverem neste particular, como Eas de Ceder da parte que se deve de os quatro milhoes.

Artigo 8.^o

No caso que haja guerra e S. Mag.^a de Portugal quier tratar da restituição das praças de Cochim e Cananor, será S. M.^a de S.^a obrigada a fazer que Holanda a restitua não fazendo paz com ella nem fregoa ou cessação de armas sem a dita restituição e sem ceder de qualquer direito que tenha contra Portugal pelas despezas que fez com a armada que tomou a ditas praças, e fortificações com que a seguiu a sua defesa. E não havendo guerra e querendo S. Mag.^a de Portugal tratar da restituição das ditas praças na forma da Capitulação feita por Dom Francisco de Mello, intrepõe S. M.^a de S.^a os seus officiaes officios para q.^a Holanda se acomode nas compensações que Portugal lhe hade fazer dos gastos da armada e fortificações.

Artigo 9.^o

Havendo guerra todas as praças que os Portuguezes tomarem na

India e Costa de Africa aos Holandezes que por elles foram
fornadas á Coroa de Portugal, ou outras quaesquer de que esteja &
depois ficarão a mesma Coroa de Portugal quando se fizer a paz,
e não será obrigada a restitui-las ainda que por esta Causa
se precise de fazer, antes nas Capitulações della que se fizerem
com os Holandezes se declarará que elles a não poderão pedir,
nem tomar, e que S. Mg. Xpm. ficará na obrigação da garantia
dellas em todos os tempos.

Os quaes nove artigos separados e pertencentes ao Tratado de Amian-
ta entre S. Magestade Christianissima e de Portugal feito por nós seus
Plenipotenciarios no mesmo dia e data deste foram concluidos, e
ajustados por nós como parte essencial e integrante do mesmo Tratado.
E em fé e testemunho de verdade os assignamos e firmamos de nossa
mao e sellos de nossas armas Em Lisboa aos dez e cinco dias do
mez de Junho do anno de mil Sette Centos e hum. (S) Por elle
(S) Marquez de Alegrete, (S) Conde de Alvor, (S) Mendo
de Foyos Perreira.

E havendo eu visto os ditz artigos Secretos de prez de bem con-
siderados e examinados approvei, ratifiquei, e Confirmei, approvo, Ra-
tifico, e Confirmo todas e cada uma das couzas nelles Contehidas
e nella presente os dou por bons, firmes, e validos. Promittendo em-
fé, e palavra de Rey observar e cumprir inviolavelmente sua forma
e teor, e fazelo cumprir e observar, sem fazer ou permittir segua
Cousa alguma em contrario directa, ou indirectamente em qualquer
modo que ser possa denunciando todas as Leyes e Costumes, e todas
as outras Couzas que haja, e possa fazer em contrario. E para
fe e firmeza de tudo mandey passar a presente Carta de Ratifica-
ção por mim assignada e sellada Com o sello grande de minha

armas. Dada na Cidade de Lisboa aos dezoutos dias do
mez de Junho. Ioam de Oliveira a fez anno do nasci-
mento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil, Sette Centos,
e hum. *M. de F. de S. J. de S. J. de S. J.*

J. de S. J.